

02 SET 1991

Oportunidade para um plano de estabilização

GAZETA MERCANTIL

Igor Cornelsen *

A oposição no Congresso está abrindo a oportunidade ao Executivo de executar um plano de estabilização econômica unilateral e, sem agredir a Constituição, ao votar a reindexação salarial.



O Executivo tem, em setembro, condição de implementar um conjunto de medidas econômicas que independem de aprovações do Congresso, possibilitando, a curto prazo, a eliminação do débito público. Está dentro de seu limite de competência implementar o seguinte elenco de medidas:

1. vetar a política salarial aprovada no Congresso, com exceção da proteção ao salário mínimo;
2. baixar todas as alíquotas alfandegárias para um máximo de 15%, tornando o mercado interno altamente competitivo;
3. liberar todos os preços e desregular a comercialização;
4. liberar as negociações salariais, de tal forma que patrões se entendam diretamente com seus empregados;
5. aumentar os preços dos serviços e tarifas públicas para níveis internacionais;
6. unificar o câmbio comercial com o turismo e fixar uma taxa tal que permita a inserção da economia brasileira no mercado internacional, de forma competitiva, sem causar o sucateamento da indústria, como aconteceu com o congelamento de câmbio do Chile de 1978 e o da Argentina de Martinez de Hoz;
7. implementar uma política monetária austera, impedindo a emissão de moeda e liquidando os bancos que se mostrarem falidos;
8. cobrar as dívidas dos estados com a União.

Esse conjunto de medidas simples deveria ser acompanhado de uma negociação rápida de um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional.

As principais consequências desse choque de liberdade seriam:

- a. uma provável inflação

corretiva nos primeiros dois meses de até 100%, seguida de estabilização;

- b. uma perda real dos salários dos colarinhos brancos das empresas e bancos estatais, bem como de funcionários públicos nos três níveis que não teriam como recorrer aos tribunais para reclamar das "perdas salariais" por falta de leis que os protejam;

- c. como os impostos cresceriam com a inflação corretiva, haveria um ganho fiscal que eliminaria o déficit público em três meses, possibilitando a recuperação dos estados que teriam condições de honrar os compromissos com a União ou teriam suas contas bloqueadas;

- d. a recomposição das tarifas das estatais permitiria a geração de superávits de caixa, que eventualmente as tornariam auto-sustentáveis. As que não tivessem condições de sobrevivência deveriam simplesmente fechar as portas.

Não é possível, num país de tantas carências, manter empresas inviáveis, com recursos que deveriam ir para a saúde, educação e saneamento básico;

- e. a recessão seria mínima, pois as empresas teriam plenas condições de ser altamente competitivas no exterior pelas novas taxas de câmbio, bem como pela redução do custo dos insumos gerada pela queda das tarifas alfandegárias e pelo aumento da competição.

Esse tipo de reforma não é invenção nova nem produto de laboratório de economista iluminado, mas totalmente testado em épocas e locais tão diversos como na Alemanha de 1948 e no Chile de 1983.

Todos os governantes e líderes que tiveram a coragem de implementá-las experimentaram o sucesso na economia.

O Brasil tem uma oportunidade histórica neste setembro de 1991, mas aparentemente o presidente Collor e o ministro Marcílio Marques Moreira estão tentando costurar o seu pacto de Moncloa.

Infelizmente o Brasil não é a Espanha e os choques que nossos economistas sabem dar não é o liberal.

* Presidente do West LB Limited.